

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
GABINETE

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 62/16-GAB/SEPLAG

Brasília, 15 de setembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Governador,

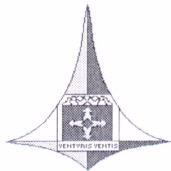
Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2017, nos termos dos arts. 149 e 150, § 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e observado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ambas de origem da União, bem como as previsões das diretrizes orçamentárias constantes da Lei distrital nº 5.695, de 3 de agosto de 2016.

Destaco, inicialmente, que o processo de elaboração desse projeto de lei orçamentária anual (PLOA) envolveu não só a participação de técnicos da área de planejamento e orçamento dos órgãos e das entidades componentes da administração pública do Distrito Federal, mas também a participação da população brasiliense, que enriqueceu a proposta com sugestões oferecidas em audiência pública presencial e virtual.

Esse processo de construção coletiva, aliado à estrita observância das disposições legais e das determinações e recomendações do Tribunal de Contas do Distrito Federal, permitiu alcançar visível aprimoramento da proposta orçamentária em anexo, relativamente à do ano anterior, no que tange à qualidade na alocação dos recursos. Isso porque ela efetua a readequação e racionalização da estrutura, objetivando a agilidade e exequibilidade das decisões de Governo, além da reprogramação orçamentária das Secretarias de Estado voltada à redução, à racionalização e ao controle dos gastos, no esforço conjunto da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal (Governança-DF) com os titulares dos órgãos.

Vale dizer que a proposta de alocação dos recursos no PLOA foi estruturada de forma a assegurar o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a gestão estratégica das ações governamentais, em consonância com os objetivos e as diretrizes propostos no Plano Plurianual do Distrito Federal para o período de 2016 a 2019, que tem como norte o resgate do orgulho de viver em Brasília. Ela também observa os limites constitucionais relativos às despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com as ações e os serviços públicos de saúde, bem como as prescrições de apoiar a ciência, a tecnologia e a cultura; de priorizar a destinação de recursos para ações que envolvam crianças e adolescentes, e de manter reserva de contingência.

Integram a proposta orçamentária de 2017 tanto o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Distrito Federal – que abrangem os órgãos e as entidades da administração direta e indireta, além dos fundos e das



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
GABINETE

despesas com saúde, previdência e assistência social – quanto o Orçamento de Investimento das empresas estatais em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

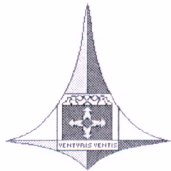
Trata-se de um orçamento de **R\$ 28.763.838.706,00** estando previstos **R\$ 17.839.930.093,00** para o Orçamento Fiscal, **R\$ 9.062.411.638,00** para o Orçamento da Seguridade Social e **R\$ 1.861.496.975,00** para o Orçamento de Investimento das Empresas.

O orçamento para 2017 estima a receita nos seguintes valores: **R\$ 26.902.341.731,00** de Receita, sendo **R\$ 22.154.813.051,00** de Receitas Correntes, **R\$ 2.709.477.261,00** de Receitas de Capital e **R\$ 2.070.412.306,00** de Receitas Intraorçamentárias. Na composição das Receitas Correntes, **R\$ 15.887.716.546,00** referem-se à Receita Tributária, proveniente da arrecadação de impostos e taxas. Trata-se de fonte fundamental de recursos, pois é a arrecadação das receitas distritais que financia as programações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Esclareço que a estimativa de arrecadação de tributos lançada na proposta orçamentária de 2017 indica um acréscimo da ordem de **5,9%** em relação à Lei Orçamentária de 2016, em termos nominais. Apesar do momento de conjuntura econômica desfavorável por que passa o País e o Distrito Federal, essa evolução é resultado do esforço fiscal do Governo no sentido de tornar mais efetivos os mecanismos de recuperação de receitas, por meio dos programas de renegociação das dívidas, do aumento da eficiência nos processos de fiscalização e da ampliação da base tributária no âmbito de atuação do Distrito Federal.

Diferentemente do ocorrido nos exercícios de 2015 e 2016, os recursos ora transferidos a título de repasses do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF para as áreas de Saúde e Educação não integrarão do Projeto de Lei Orçamentária do Distrito Federal para o exercício de 2017, tendo em vista os efeitos do Acórdão nº 2891/2015 proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, que determina o restabelecimento da sistemática vigente até o exercício de 2014, qual seja: execução orçamentária e financeira dos recursos do FCDF diretamente no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

No PLOA para 2017, a Despesa do orçamento Fiscal e da Seguridade Social está fixada no mesmo valor da Receita, somando **R\$ 26.902.341.731,00**. De acordo com a proposta, as Despesas Correntes totalizarão **R\$ 22.122.452.164,00** dos quais **R\$ 14.677.724.095,00** serão destinados às Despesas de Pessoal e Encargos Sociais. Prevê-se, ainda, que os Juros e Encargos da Dívida consumirão mais de **R\$ 238.650.439,00** considerando os contratos firmados e as operações de crédito a contratar, com impacto em 2017. As Outras Despesas Correntes, necessárias à manutenção e ao funcionamento da máquina pública e à ampliação dos benefícios sociais, estão orçadas em **R\$ 7.206.077.630,00**. Já as Despesas de Capital estão fixadas em **R\$ 3.366.633.332,00** sendo **R\$ 2.516.391.252,00** para os Investimentos, **R\$ 599.258.379,00** para as Inversões Financeiras e **R\$ 250.938.701,00** para a Amortização da Dívida. A Reserva de Contingência, por seu turno, está fixada em **R\$ 670.448.620,00** já inclusos os recursos necessários à Reserva para o Regime Próprio da Previdência Social.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
GABINETE

Ressalto que, de posse do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, buscou-se incorporar à peça orçamentária a aplicação de recursos com eficiência e qualidade, para fazer face aos gastos fundamentais e garantir os investimentos tão necessários ao desenvolvimento social, econômico e à autossustentabilidade do Distrito Federal.

Dessa forma, projetos como, a construção de centros de atendimento e assistência social, a construção e reforma de unidades educacionais e de unidades de saúde, da segunda etapa da construção do Hospital da Criança, a urbanização dos Condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente e da cidade de Vicente Pires, a implantação de corredores de transporte, a ligação Torto-Colorado, o trevo de acesso à região norte, a expansão das linhas do metrô e a implantação de ciclovias estão contemplados nesta proposta orçamentária, atendendo às principais demandas da população do DF nas áreas social e de infraestrutura.

Também se contemplam os programas da área social com um aporte expressivo de recursos no próximo ano, destinados principalmente a iniciativas voltadas à assistência social e à juventude, à promoção da qualidade de vida, ao saneamento, à drenagem urbana, à conservação do patrimônio, à proteção da criança e do adolescente, aos idosos e às pessoas com deficiência.

Em função da escassez de recursos de origem tributária, avulta a importância das fontes alternativas de investimento. Nesse sentido, cabe mencionar os projetos de parceria público-privada já contratados, merece registro, ainda, haver estudos avançados para o estabelecimento de outras parcerias com o setor privado, visando à obtenção de mecanismos mais inovadores para a realização de novos investimentos no Distrito Federal.

É imperativo destacar, igualmente, a destinação considerável de recursos para as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, constitucionais ou legais, cuja execução requer efetiva destinação de recursos por prazo superior a dois exercícios.

Em suma, a proposta ora encaminhada visa, pelo lado das despesas, reduzir os déficits observados em programações legalmente constituídas e com caráter obrigatório, ao passo que, pelo lado da receita, incorpora estratégias inovadoras de melhoria da gestão financeira dos recursos públicos distritais, como as medidas de redução dos gastos públicos adotadas no exercício corrente com reflexos positivos nas finanças do DF, especialmente as relativas a custeio.

Em função da necessidade de oferecer maior flexibilidade na execução do orçamento, o PLOA contém dispositivo que autoriza a abertura de créditos suplementares, por ato próprio do Executivo, em determinados casos. Esse procedimento possibilita efetuar as intervenções necessárias para sanar os desequilíbrios porventura existentes, além de reforçar as programações orçamentárias, de modo a assegurar o efetivo desenvolvimento das ações governamentais.

Afinal, não se pode esquecer que a gestão fiscal responsável pressupõe – nos termos da lei que rege a matéria – ações planejadas e flexíveis na execução, prevenindo riscos e corrigindo desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Nesse contexto, a capacidade de remanejamento de recursos para o reforço de determinadas programações orçamentárias torna-se imprescindível para a administração pública.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
GABINETE

Diante da importância da peça orçamentária projetada, rogo a Vossa Excelência que encaminhe, ainda nesta data, o projeto em anexo à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no art. 150, § 2º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, bem como solicite a tramitação da matéria em regime de urgência, valendo-se da previsão inscrita no art. 73 da mesma Lei Orgânica.

Respeitosamente,

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS
Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão